

— como dizia o Senador Eurico Rezende — a verdade pura. E a verdade é irreversível.

O meu discurso tem, como finalidade, despertar a atenção do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda, do Senhor Presidente da República para esses dados inquestionáveis. Não tem sentido o agricultor levar um ano para produzir, vender por três, e o intermediário em somente 24 horas, vender por nove. Como se entende, num passe de mágica, ele ter o direito de vender duas vezes mais caro, sem aplicar nada, a não ser o dinheiro, enquanto o produtor, lá do nosso interior, não ter o direito de vender pelo preço justo?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, para surpresa minha, posso afirmar que o caso da castanha é até ridículo.

Telefonei para o meu filho e disse: pegue um quilo de castanha, ponha num caco e torre a castanha; depois, pese a amêndoa. Eu não quero ir pelas estatísticas. Ele fez o serviço e, à tarde, me telefonava: "Papai, deu 270 gramas". Botei 250, para arredondar, para ficar mais fácil fazer a conta — mas deu 270 gramas. No entanto, por quatro quilos, só querem pagar 4 cruzeiros. O preço, nos supermercados, como mostrei — está aqui em baixo — é 91 cruzeiros; e, se exportar, alcança 100 cruzeiros o quilo desta amêndoa de castanha! E o óleo? E a farinha, artigo de primeiríssima necessidade? O feijão? O que o pobre pode comer é feijão e farinha. De 3 para 9! O feijão macaça — como é conhecido na minha região — antigamente era mais comer de porco. Hoje, já mudaram o nome para feijão de corda e, aqui, no Sul, chamam de feijão fradinho. Daqui a pouco, vão chamar de feijão esperança; de feijão caridade — vai melhorando... Pois saiu de 3 para 9 cruzeiros; a farinha de 2.20 para 12 cruzeiros o quilo; o milho, de 1 para 4 cruzeiros.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — Alagoas) — Permite um aparte, nobre Senador Agenor Maria?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Com o maior prazer, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — Alagoas) — O nobre colega está enfatizando a posição do intermediário, particularizando o intermediário dos produtos agrícolas. Em aparte, disse a V. Ex^a o nosso eminente colega por São Paulo, Senador Orestes Quêrcia, que, quanto ao açúcar e o café, estes produtos tinham seus órgãos coordenadores, que são, respectivamente, o IAA e o IBC. Sobre o IBC, nada sei, porque não entendo de café. E também não entendo de açúcar, mas por pouco que entenda, entendo o bastante para perceber que o IAA é, também, um intermediário — e que intermediário é o IAA! Basta dizer que o açúcar brasileiro atingiu a cotação, em novembro e dezembro do ano passado, de 1.500 dólares a tonelada, e o produtor nacional entregou a sua mercadoria ao IAA e recebeu coisa de 200 dólares por tonelada. Parece-me que a intervenção do IAA, no caso do açúcar, é ainda muito mais escorchante do que a do intermediário do feijão, da batata, do arroz, etc. Este o meu aparte, nobre colega.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, Senador Luiz Cavalcante. O aparte de V. Ex^a quase que me tira a esperança de ver solucionado este grande impasse, pois o IAA, é um órgão do Governo Federal, justamente para amparar o produtor de cana. Mas, mesmo assim, posso afirmar: ou é solucionado o problema de quem trabalha neste País, ou seremos arrastados para um abismo sem precedentes na história desta Nação.

Não tem sentido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, homens trabalharem e passarem fome. É admissível que se passasse fome vagabundando, malandrando, mas, trabalhando, passar necessidade? Ah! Essa não! Não concordo, porque é obrigação do Governo ajudar quem trabalha! E quem trabalha precisa, a todo custo, desta ajuda! Não a ajuda de dar esmola, porque, quem trabalha, agradece a esmola! A esmola avilta! A ajuda deve ser através de leis, que possam amparando o trabalho, defender o suor e a produção! Leis que possam dar ao homem que trabalha a certeza de que, no seu trabalho, ele poderá viver as suas custas e do seu sacrifício. Esta, sim, é a lei de que precisamos para quem trabalha neste País, porque, na

proporção em que se consolida a posição dos que trabalham, diminuirá, naturalmente, os malandros. Mas, se o que trabalha for passando, cada dia, maior privação, simplesmente, vai aumentando o número de parasitas nesta Nação.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — Piauí) — Permite V. Ex^a uma ligeira intervenção?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Com muito prazer.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — Piauí) — Senador Agenor Maria, inicialmente os meus parabéns a V. Ex^a pelo realista e oportuno discurso que está pronunciando, nesta tarde, no Plenário do Senado Federal.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — Piauí) — Quero também dizer a V. Ex^a que todos os produtos exibidos são encontráveis também no solo do meu Estado. Os preços são os mesmos do Rio Grande do Norte. De maneira que o mal não está localizado apenas no Rio Grande do Norte, mas, de uma maneira geral, no Nordeste, dada a gritante diferença de preços entre os que produzem e os que consomem. Também estou de pleno acordo com V. Ex^a na parte em que combate, com toda a justiça, a presença do intermediário, do atravessador. Apenas, peço vênica a V. Ex^a para fazer um pequeno reparo.

O Sr. Agenor Maria (MDB — Rio Grande do Norte) — Com o maior prazer.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — Piauí) — V. Ex^a afirmou que aqui está como representante, sobretudo, dos pobres, dos mais humildes, da gente sofredora do Estado de V. Ex^a Essa gente, para aqui enviou V. Ex^a e V. Ex^a aqui tem cumprido, com aplausos gerais, o seu dever, os encargos do seu mandato. Apenas entendo que V. Ex^a extrapolou um pouco. É que o glorioso povo do Rio Grande do Norte que o elegeu, com certeza não o mandou para esta Casa para transportar sacos de milho, mandioca, feijão e castanha do Supermercado Jumbo para o plenário do Senado Federal.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, Senador Helvídio Nunes. Senti que iria sofrer algumas críticas, por conta desta verdade gritante, por parte de alguns de meus colegas. Mas preferi enfrentá-las e trazer, para cá, o feijão do meu Estado, que é o mesmo vendido, aqui, trezentas vezes mais caro, mostrando que não há diferença. O feijão é o mesmo. Apenas, o nosso não tem furo e o do Supermercado Jumbo é furado. Trouxe para a Casa, a farinha da minha região e a mesma farinha do Supermercado Jumbo, fazendo uma comparação dos preços; esses mesmos supermercados de que, quando foram criados, dizia-se: O povo agora, vai ter onde comprar barato. Chegaram a minha cidade de Natal, faz — cinco anos, talvez, no máximo, mais de três mil bodegueiros, merceiros, pequenos proprietários de armazéns que hoje, estão marginalizados, foram à falência. Temos em Natal três supermercados, e três mil famílias passando privações, três mil pequenos bodegueiros, merceiros, pequenos donos de armazéns, com cinquenta, sessenta anos de idade, que não têm condições de se aposentarem porque pagam instituto há doze, quinze ou vinte anos. Não têm condições de continuar no comércio porque não podem competir com os supermercados e foram jogados fora do negócio.

Para onde vão os pequenos merceiros de Natal?

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Para onde vão os pequenos donos de armazéns da minha Capital?

Afirmo Sr. Presidente e Srs. Senadores, três supermercados funcionando e três mil bodegueiros, três mil famílias marginalizadas; homens que não sabem fazer outra coisa se não negociar, o que têm

feito toda a vida, mas a indústria tem uma tal de "ponta de tabela", que se compra até dez a um preço; depois de cem e de mil é outro. E o supermercado compra a tabela toda.

Determinados produtos chegam e recebem preço; mas o bodegueiro, o comerciante e o dono de armazém estão comprando muito mais caro. Enquanto existe o bodegueiro e o armazém, aquele preço continua, até eles irem à falência. Quando não existe mais competidor, que o supermercado se vê sozinho, aí ele vai cobrar o preço que ele entende. E o que está fazendo o Jumbo aqui em Brasília. Doze cruzeiros e dezesseis centavos por um quilo de farinha. Quantas mercearias não quebraram em Brasília, e quantos merceeiros pequenos, sentindo que não podiam suportar a concorrência, não fecharam as suas portas e não procuraram tomar outra direção?

É o que acontece, Sr. Presidente e Srs. Senadores, na minha cidade de Natal, e vai acontecer, dentro de mais alguns anos, nas cidades mais importantes do Estado.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Vou conceder o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende, que já o havia solicitado, e logo a seguir, a V. Ex*, com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Nobre Senador, ouvi a intervenção do eminente Senador Helvídio Nunes a respeito da drenagem que V. Ex* fez desses expressivos pacotes para a tribuna. Entendo que é realmente uma colocação inusitada, talvez inédita no Senado, mas quer-me parecer que essa iniciativa de V. Ex* apesar de pioneira, deu mais atrativo, ofereceu mais curiosidade e vida aos debates, além de ter um efeito pedagógico, de impressionar, realmente, a Casa e, por via de consequência, o Governo, que deve debruçar a atenção de V. Ex* sobre o seu discurso. Mas eu faria um apelo a V. Ex*, qual seja o de não se entusiasmar muito com esse método, porque o dia em que V. Ex* resolver falar sobre as injustiças relacionadas com a pecuária, o Senado corre o risco muito grande de ter, aqui, uma presença muito agigantada e que vai, realmente, perturbar os nossos trabalhos. Mas se V. Ex* fica só nesses limites, eu não estou de acordo com o aparte do Sr. Senador Helvídio Nunes. Ao dizer isso, creio até que interpreto o pensamento de todos e faço este apelo a V. Ex*

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Nobre Senador Eurico Rezende, fico muito grato pela intervenção de V. Ex* Nasci num pequeno município chamado São Vicente, do Rio Grande do Norte. E, há 20 anos passados, esse município abatia na sexta-feira, para as feiras, que são realizadas aos sábados, 10 reses. Passaram-se os anos. Eles estão abatendo 2 reses e está sobrando carne. Essa, a estatística real, e posso, ainda, afirmar a V. Ex* que 70% das pessoas que há 20 anos possuíam gado não o possuem mais. O gado está diminuído na minha região, porque quem contraiu, nos idos de 1960, 1961 e 1962, empréstimos de melhoramento, para fazer estábulos, açudes, a maioria foi à falência. Os agricultores, que temiam mais ao banco, e não quiseram se aventurar nos empréstimos de melhoramento para construir açudes, eles, hoje, podem não ter açudes, mas, também, não devem ao Banco do Brasil. Mas, os que construíram açudes, com dinheiro emprestado, para eles a situação é, realmente, muito difícil.

De qualquer maneira, agradeço a intervenção de V. Ex*, porque o que trago para a Casa...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — E aceita o apelo.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — ... é aquilo que se produz no meu Estado e na minha região.

Com muito prazer, dou o aparte ao Senador Paulo Guerra, homem do Nordeste, como eu.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Senador Agenor Maria, ouço, com muito respeito e admiração, o objetivo discurso de V. Ex* — objetivo e, sobretudo, muito real. E lamento que não esteja presente nesta Casa, no momento, o eminente representante paulista, Senador Orestes Quêrcia, porque quando V. Ex* se detiver no estudo da avicultura nordestina, chegará à conclusão de que o grande inimigo da avicultura nordestina é a Cooperativa de Cotia, que é o maior trust de avicultura do País. Quando sobram ovos, em São Paulo, a Cooperativa envia os mais antigos para o Nordeste, a preços baixos, aniquilando e liquidando toda a avicultura da região, especialmente a dos Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Os Governos Estaduais não têm condições de impedir a entrada desses produtos. Faço um apelo ao eminente Senador paulista, para que S. Ex* se empenhe em conseguir que a Cooperativa do seu Estado comercialize a produção desses produtos somente no Estado de São Paulo ou no Centro-Sul do País.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, Senador Paulo Guerra, pelo seu aparte.

Concluo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, agradecendo a deferência a mim dispensada, afirmando que não trarei o boi à tribuna, mas, talvez, traga o carneiro e a cabra. (Risos.) Em 1973, a pele de cabra estava a 22 cruzeiros. Naquele ano — já o disse desta tribuna — o produtor de caprinos comprava, com 22 cruzeiros, 37 quilos de torta. Passaram-se os anos. Em janeiro deste ano, uma Portaria do Ministério da Fazenda, através do CONCEX, proibiu a exportação do couro *in natura* com o objetivo de, através da nossa indústria, exportar os seus subprodutos. O que acontecia? Produzimos 10 milhões de peles de couro e não temos estrutura industrial para desenvolver a industrialização de tamanha produção. E o que aconteceu? O comerciante exportador, não podendo comprar para exportar, saiu do comércio. E veio o aviltamento natural do preço do couro de cabra, que baixava de 22 para 5 cruzeiros a pele. Fui ao Ministro da Fazenda, e fiz ver a S. Ex* que não tinha sentido o produtor rural deste País subsidiar a indústria de calçados. Não, não tinha cabimento, não era lógico que a pele vendida em 1973 a 22 cruzeiros caísse para 5 cruzeiros em 1975, pelo simples efeito de uma portaria proibindo a saída de couros e peles do País. S. Ex* ouviu-me e, com a maior atenção, atendeu às minhas reivindicações. Hoje, já se exporta os excedentes de couros e peles *in natura*, e por exportamos, a pele não voltou a valer os 22 cruzeiros, mas já vale 16 cruzeiros na minha região.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Vale 33 cruzeiros.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Não, a pele de cabra, está valendo 16 cruzeiros.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Falo da pele de carneiro.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Mas a de carneiro é mais cara.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Permite V. Ex* um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para dizer o seguinte: V. Ex* pode trazer para cá o mundo vegetal, com exceção, naturalmente, de jacarandá e outras árvores. Mas, por favor, não traga o mundo zoológico. Que V. Ex* traga as suas cabras teóricas, isto é, descrevendo o problema.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — As físicas, prometo a V. Ex* não trazê-las.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Com muito prazer, Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Antes de V. Ex* terminar o seu discurso, queria mais uma vez congratular-me pelo

estilo realista de V. Ex^a, inaugurado nesta Casa com muita sinceridade. V. Ex^a é mesmo, para harmonia da representação federal no Senado, um autêntico representante dos fundamentais interesses do povo brasileiro, ou seja, daqueles que lhes dizem respeito mais de perto e que, muitas vezes, escapam aos nossos debates na sua formação global. V. Ex^a aflorou também dois assuntos da maior profundidade e que caracterizam o subdesenvolvimento. Um, é esse distanciamento de preços entre o produtor e o consumidor, aquilo que os economistas chamam de processo irracional que afasta os centros consumidores dos centros produtores. Realmente, esse é um problema difícil e à proporção que o País for vencendo o subdesenvolvimento terá que vencer, inevitavelmente, esse distanciamento que sobrecarrega, principalmente, as grandes massas. Outro assunto também aqui focalizado por V. Ex^a e que não deve passar sem uma meditação mais profunda do Senado, é o problema relativo às concentrações, aos conglomerados. É preciso saber se eles são benéficos ou maléficose. Quando o Governo, há alguns anos, resolveu incentivar a formação de conglomerados no setor de comercialização, fiz um discurso aqui no Senado advertindo sobre os perigos do gigantismo, que poderiam determinar, como bem salientou V. Ex^a, alguns abusos do poder econômico. Nesse pronunciamento eu citava o Professor Eugênio Gudín que, num de seus artigos, mencionou algumas estatísticas de crescimento de empresas, mostrando que, em determinado estágio, o crescimento, ao invés de facilitar e baixar os custos, aumentava. Num país como o Brasil, onde ainda necessitamos de um certo equilíbrio entre a alta tecnologia e os interesses sociais de absorção de mão-de-obra, como bem aflorou V. Ex^a, talvez devêssemos ter maior cuidado toda vez que o Governo tiver que incentivar a concentração em determinado setor da economia. O desenvolvimento já leva, naturalmente, pelo seu processo, a uma concentração de riqueza, a uma concentração espacial, em determinadas regiões, como é o caso do Brasil, onde o desenvolvimento propiciou um enriquecimento muito maior no Centro-Sul e, ao mesmo tempo, motivou o enfraquecimento de outras áreas mais pobres, como o Nordeste; leva, também, o desenvolvimento à concentração de riquezas em algumas camadas sociais, que são as mais privilegiadas num processo de aceleração; ao mesmo tempo acarreta maior carga de responsabilidade em outros setores. É o caso, por exemplo, do setor industrial, o mais beneficiado e as classes assalariadas, que têm menores instrumentos de defesa nas horas inflacionárias. A minha argumentação era esta: se o desenvolvimento em si — e esse é um fenômeno observado no estudo da economia brasileira ao longo de mais de 25 anos — já leva a uma concentração, toda vez que incentivarmos concentrações estaremos sublimando esse processo de concentração de riqueza. E tanto isto é verdadeiro, que uma das mais importantes retificações estratégicas, formuladas pelo governo atual, foi justamente a de corrigir as distorções de distribuição de renda no País.

O problema aventado por V. Ex^a de incentivo à concentração em determinados setores de comercialização, pode, às vezes — não sei se é o caso — levar a essas distorções, que, realmente, significam uma exploração maior à faixa mais desamparada do povo brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Senador José Sarney, não digo a V. Ex^a que os três mil merceiros, os três mil comerciantes de Natal, marginalizados com a chegada dos supermercados, sejam párias, mas 40% desses homens talvez estejam hoje amargando as tristezas que jamais imaginaram amargar.

Posso relembra a V. Ex^a um fato que monta a 1936: meu pai tinha um vaporzinho, uma bolandeira de descarçar algodão; a SANBRA montou a usina na minha região e passou a pagar o algodão em caroço, mais caro do que a pluma. Todos aqueles que tinham bolandeira, ou vapores de descarçar algodão chegaram à conclusão de que não adiantava mais descarçar, porque entregando o produto bruto recebiam mais dinheiro do que descarçando. Que fizeram eles, a começar pelo meu pai? Venderam o algodão e encostaram o maquinismo; venderam o maquinismo para os brejos, proble-

ma de cana-de-açúcar, para engenhos, enfim, acabaram-se as bolandeiras e os pequenos vapores de descarçar algodão.

Quatro anos depois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não mais existiam bolandeiras nem vapores de descarçar algodão; meia dúzia, para ser franco, ainda tinham condições de continuar com aquela tradição, que era dos avós e resistiram. Eles conseguiram uma obrigação, através de lei, para que o algodão só pudesse ser exportado com uma densidade tal. Mas ocorre que aqueles vapores não tinham uma prensa hidráulica que pudesse oferecer as condições e eles foram obrigados, então, a acabar de uma vez por todas, com os locomóveis. Quando não havia mais locomóveis, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quem deu o preço foi a SANBRA; mas deu o preço que quis, que bem entendeu, pois não mais havia os descarçadores para a matéria-prima. Isso aconteceu, quando eu era criança; vi meu pai chorando e não vi nenhuma proteção.

Desta tribuna, onde jamais imaginei chegar, relembro agora o meu pai, nos dias difíceis de 1937/1938, chorando, estigmatizado por um trust que veio para cá, sem ninguém saber de onde veio e nem para onde vai. É um dinheiro internacional, que busca os lucros e transforma a criatura humana em mero instrumento do capital. É o capital esbulhando o homem, sugando e explorando. É isso que nos arrasta, a cada dia, para o precipício de um abismo irreversível. Daí porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador José Sarney, porque foi com o seu aparte que me lembrei dos dias difíceis de minha família, de meus irmãos, de meu pai, de 1936, 1937 e 1938.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Daí porque eu trouxe esses produtos, para demonstrar que o drama é o mesmo, porque os supermercados quando chegaram em Natal tinham preços diferentes, mas quando desapareceram as mercearias, quando eles ficaram sozinhos, passaram a dar o preço que quiseram.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — V. Ex^a está tão ansioso, que dou o aparte com o maior prazer.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Não estou muito ansioso, mas temo que V. Ex^a chegue às raíais da emoção, quando lembre a invasão dos trusts, em detrimento do pequeno industrial do algodão do Nordeste. Esse é o tema que me fez antecipar o aparte que desejei juntar ao discurso de V. Ex^a, inspirado no aparte do eminente Senador José Sarney...

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Fico muito grato.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — ... porque é muito difícil conciliar o avanço tecnológico com a realidade social do País, nesta hora de transição. Agora mesmo, está nesta Casa um projeto que regula a inspeção dos produtos de origem animal pelo DIPOA. Se esse projeto for aprovado como está, será contra o pensamento de toda a representação principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, somente no Estado de São Paulo mil quinhentos e tantos pequenos frigoríficos serão fechados. No Paraná, outros tantos; no Rio Grande do Sul, 570, em favor de 4 ou 5 grandes empresas da Capital paulista. Então, cabe ao Governo fazer um avanço tecnológico gradativo, no sentido de ressaltar os direitos dessas pequenas indústrias resguardando a defesa sanitária do povo brasileiro.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, Senador Paulo Guerra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Paulo Guerra falou em tecnologia; lembrei-me mais uma vez da usina. Na época das bolandeiras, dos pequenos descarçadores de algodão, cada agricultor descarçava o seu produto. O algodão produzido no Seridó, Sr.

Presidente, Srs. Senadores, provocava a pergunta do filho ao seu pai: "Papai foi o Sr. que plantou esse pé de algodão?" Ao que o pai respondia: "Não, meu filho, foi o seu avô". Pois bem, com a tecnologia, com os pacotes tecnológicos, com essa maravilha que está aí, o nosso algodão está morrendo aos quatro anos. Por que? Porque a usina precisa de algodão, compra-o do Agreste, do Cariri do Oeste e do Seridó.

O algodão divide-se em três categorias: o heverbáceo, com fibra 22 até fibra 26, 28; o sertão, com fibra 28/30 até 30/32; o fibroso, maravilhoso que era no passado, que vai de 34/36 até 44 mm de comprimento.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, acabaram-se os 44 e 42 e nós estamos nos 40 mm. Mas o algodão perdeu a uniformidade e por perdê-la não temos condições de competir com o algodão do Egito, que não tem a fibrosidade do nosso algodão, não tem a coloração do nosso algodão, não tem a resistência do algodão Seridó, mas tem a uniformidade que falta ao nosso produto. Daí a razão de eles venderem seu algodão 30, 40% mais bem vendido do que o nosso. E por que? Descaroçamos o algodão de várias regiões e perdemos a primazia de ter o algodão com alta uniformidade. Ao agricultor da minha região o filho não mais pergunta quem plantou o algodão porque é ele próprio que o está plantando.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — É com o maior prazer que dou o aparte ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Nesta tarde, V. Exª faz mais um brilhante discurso, falando com sinceridade, honestidade e com conhecimento de causa do problema que aborda.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, nobre Senador.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Inclusive V. Exª usa da sua magnífica inteligência para se comunicar melhor com as pessoas, visualizando melhor o problema que enfoca. Há pessoas que se preparam de maneira magnífica, com um belo discurso, uma boa conferência, mas, ao pronunciá-la de forma estática não conseguem se comunicar, não agradam, V. Exª sabe usar de todos os recursos, sabe modular a voz na oportunidade devida, V. Exª associa os gestos às palavras. Inaugurando, hoje, um sistema novo e moderno de comunicação V. Exª traz componentes magníficos e nos dá, realmente, uma aula de pedagogia, perfeitamente correta: Senador Agenor Maria, este País tem terras abundantes e férteis, tem um ruralista dedicado e trabalhador, mas, para vergonha nossa, importa leite; cebola; batata; feijão; arroz; está, agora, importando, novamente, arroz do Uruguai e deverá receber, dentro de 15 dias, 20.000 toneladas de arroz da Colômbia. E tudo por quê? Porque não temos um sistema de comercialização adequado. É preciso que o Governo tenha coragem e crie uma empresa de grande porte para a comercialização no Brasil. Aliás, o Governo criou a COBEC, para a exportação dos manufaturados; e já se orientou para alguns cereais, como a soja, o feijão. Por que o Governo não injeta maiores recursos na COBEC, não transforma essa empresa num instrumento que dê desenvolvimento à agropecuária neste País? O Governo reconhece, e há dias o Ministro da Agricultura disse, na Câmara dos Deputados, numa CPI, que a ação das multinacionais na agropecuária é cada vez mais intensa. Ora, o Governo pode neutralizá-las, dando condições à COBEC, transformando-a numa grande empresa para realizar a comercialização, comprar os produtos, vender no mercado interno, fazer a exportação dos nossos excedentes. Solução, existe. V. Exª está perfeitamente correto. É questão de o Governo querer.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, Senador Evelásio Vieira. Mas posso afirmar a

V. Exª que não faço, realmente, entonação de voz; apenas falo de um problema que vivi e vivo na minha terra. V. Exª vai ter oportunidade de conhecer a Serra de Santana, onde o homem colhe essa castanha, esse feijão, onde faz essa farinha. V. Exª vai conversar com cada um deles, conhecer de perto e ver quanta miséria, quanta maldade humana. São verdadeiros vândalos que assaltam a bolsa de quem trabalha, assaltando a bolsa de quem consome. É preciso, Sr. Senador, que se traga no coração o sentimento mais puro, porque só através desse sentimento, talvez possamos sensibilizar o Governo para um problema que, acredito, seja o mais grave do País. O problema da alimentação em termos de produção e consumo é muito mais grave que o problema institucional; é muito mais perigoso do que o AI-5 e o 477. Não tenho medo, repito, do AI-5 ou do 477, mas tenho medo desse homem que está abandonando a lavoura. Tenho medo desse homem que me escreve uma carta dizendo que paga 30 cruzeiros por aquilo de café e por isto só pode comprar 50 gramas e pagar 1,50 cruzeiros. Temo por ele; e por ele trago a carta, justamente com esse sentimento que é o sentimento puro da verdade.

Quero colaborar com o Governo, mas é preciso que haja, na realidade, um princípio vertical, de cima para baixo. Precisamos moralizar este País, pois a corrupção campeia. Precisamos, de qualquer maneira, encontrar os caminhos que tanto buscamos.

Eu disse, aqui, no começo do meu pronunciamento; esses pobres, eu represento; represento, também, o rico; mas o rico diz para mim: Senador, eu estou com medo; o pobre também diz: estou com medo; então, chego à conclusão de que um tem medo de morrer de fome; o outro, de ser seqüestrado.

Sinceramente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, diante deste quadro não há tranquilidade; o rico com medo de ser seqüestrado e o pobre com medo de morrer de fome!

É com o maior prazer que concedo o aparte ao Senador pelo Rio de Janeiro, Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Nobre Senador, V. Exª como sempre, nos seus discursos, levanta problemas objetivos com a maior seriedade e com a maior objetividade. Está hoje, abordando esse problema crucial, que é o diferencial de preço pago ao produtor, ao homem que trabalha, e o preço que chega ao consumidor, ao homem que necessita desses produtos básicos. O nobre Senador Evelásio Vieira avançou uma solução que já tem aventado em outras oportunidades nesta Casa e que, realmente, parece-me a solução mais adequada para enfrentar esse problema. Se o Governo está querendo de nossa parte uma colaboração construtiva, aí está o exemplo trazido por V. Exª, hoje, complementado com o aparte do nobre Senador Evelásio Vieira. Realmente, é preciso substituir essa cadeia de intermediários e especuladores que se interpõem entre as duas extremidades e substituí-la por uma grande empresa governamental, que elimine toda essa margem enorme de especulação, que multiplica os preços, conforme V. Exª materialmente demonstrou, hoje, à Casa. E que seja eliminada também a interferência desses organismos financeiros que levam, a meu ver, a maior parte, até, desta diferença. Se formos examinar a composição dessa diferença, entre os 3 e os 9 cruzeiros, entre os 4 e os 90 cruzeiros, que V. Exª apontou, vamos chegar à conclusão que mais de metade desta diferença é gasta em juros pagos aos bancos e aos grandes grupos financeiros. É o juro do caminhão que o transportador paga, porque tem que comprar o caminhão financiado, a juros altíssimos; é o juro do capital de giro, do comerciante e do atacadista, ou do supermercado mesmo, que paga, aos bancos, juros cada vez mais altos. Quer dizer: na composição deste custo — custo financeiro — os juros pagos aos grandes grupos financeiros do País, são muito grandes, e a meu ver, absorvem mais de metade desta diferença que V. Exª aponta. Então, a solução concreta é esta: substituir toda esta cadeia de intermediários, de especuladores e de banqueiros, que sugam, apenas com seu capital, a maior parte do esforço do povo brasileiro, e substituir por uma grande empresa governamental de comercialização. É a solução proposta pelo Senador Evelásio Vieira.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Agenor Maria?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Com maior prazer, concederei o aparte a V. Ex^a, depois de responder ao aparte do nobre Senador Roberto Saturnino.

Num pronunciamento que fiz aqui, há uns três meses, salientei da oportunidade de o Governo dispensar os impostos sobre gêneros de primeira necessidade, porque, na hora em que o Governo assim o fizer, o próprio produtor vai vender o seu produto. O que acontece na minha terra é o seguinte: o produtor produz, mas não pode vender, porque ele não é comerciante. Então, ele é obrigado a vender ao intermediário porque, caso contrário, ele é multado, pagando 3 vezes o imposto que o comerciante ia pagar. Por ser agricultor, não pode negociar o seu produto.

Conseqüentemente, se o Governo dispensasse os impostos dos artigos de primeira necessidade — e o Governo pode dispensar — o próprio produtor venderia o seu produto livremente para quem quisesse e haveria entre eles a competição de mercado. No comércio, hoje, não há mais competição. V. Ex^a verifica que nesses magazines, pode-se dar competição de prazo ou de prestação, mas de preço, não. Eles se organizaram para explorar! A organização foi feita para explorar, para solapar a economia de quem trabalha, de quem produz neste País!

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Antigamente, havia competição. Mas eles, hoje, se uniram e apenas exploram e solapam o suor do povo brasileiro. A maioria — nós sabemos — desses que arrancam o nosso suor, não deixa o dinheiro ficar aqui: o sangue vai para longe, sai daqui em forma de royalties

Pergunto, Senador Saturnino: porque pagar royalties pelo nome Pall Mall? Por que não se bota: Mocó, Préá, Juvento, Favela ou qualquer coisa? Para que Pall Mall? Prostitui, primeiro, o idioma, porque Pall Mall não se escreve em Português. Segundo, avilta o nosso Idioma, e ainda por cima, para se usar este nome que prostitui o nosso Idioma, arrancam-nos divisas, dizendo que é royalty para quem usa esse nome. Ponham o nome de Mocó, Favela, Jurema! Vamos acabar com este negócio que é uma palhaçada e está-nos custando muito caro.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — É com o maior prazer que concedo o aparte ao nobre Senador José Sarney, e logo a seguir, com o maior prazer, darei a V. Ex^a

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Senador Agenor Maria, lamento — eu que sempre tenho concordado com os relatos de V. Ex^a nesta Casa — que eu seja obrigado a fazer uma retificação ao discurso de V. Ex^a

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Com o maior prazer.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Teve V. Ex^a oportunidade, talvez numa exaltação muito justa, pelo tipo e pela orientação do discurso que vem proferindo, de dizer que estava falando no sentido de sensibilizar o Governo para esses problemas. Quero dizer a V. Ex^a que nunca um Governo foi mais sensibilizado para os problemas da agricultura, do setor primário, quanto o Governo que aí está. V. Ex^a mesmo trouxe um exemplo, aqui, quando disse que levou um pedido objetivo de providências e que, imediatamente, o Governo tomou essa providência.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Vários, não foi apenas um, houve outros.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Então, V. Ex^a vê que comete uma certa injustiça, quando diz que fala para sensibilizar, porque pode parecer que não havia sensibilidade da parte Governamental para os problemas que levanta. Por outro lado, há uma estrutura de comercialização que é própria do subdesenvolvimento, subdesenvolvimento que tem a carga de tantos anos e não pode ser mudada do dia para a noite. Mas, o Governo tem feito um esforço extraordinário, haja vista a orientação que vem dando na sustentação dos preços mínimos. Em segundo lugar, a necessidade de estoques reguladores levou o Governo a investir somas consideráveis nesse setor, visando sobretudo a eliminar essa separação entre produtor e consumidor. Esse esforço, o Governo vem fazendo, e vem fazendo com grande sacrifício, mesmo de outros setores, porque o Governo acha que no setor primário, na agricultura, no setor do campo, na pecuária, o homem é essencial, fundamental e primordial para o País. Agora, quero discordar do Senador Saturnino Braga, quando ele prega que se devia criar uma companhia de comercialização para eliminar tudo isso. Sr. Presidente, no dia em que tivermos, ao invés de três ou quatro supermercados, como V. Ex^a disse — o que eu condeno e condenei essa concentração aqui —, se nós tivermos uma única companhia administrada pela burocracia estatal, aí, então, nós estaremos realmente condenando o sistema democrático, estaremos condenando a liberdade individual. Aí não teremos opção de escolha alguma: nós estaremos mergulhados num sistema em que o homem é apenas uma máquina da produção em que tudo é controlado pelo Estado. Já, no Brasil, se estatiza muita coisa, mas, se nós formos estatizar a comercialização também, aí estaremos todos perdidos. O Partido de V. Ex^a, que prega sempre a liberdade política, deve compreender que, no dia em que não tivermos liberdade econômica, nós também não teremos liberdade política, porque a sustentação da liberdade política está na sustentação da liberdade econômica.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, Senador José Sarney. Eu concordo com V. Ex^a, com exceção do primeiro tópico. Se acho que venho procurar sensibilizar o Governo é porque ele é sensível. Eu não chamei o Governo de insensível: eu disse que ia sensibilizar o Governo, e acredito que o sensibilizarei, pois é preferível que o Governo...

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Acho até que V. Ex^a vai sensibilizar, como sensibilizou visualmente a todos nós. O difícil vai ser o Senador Virgílio Távora sensibilizar a Casa, quando tratar do problema do átomo, porque vai ser difícil ele trazer urânio enriquecido aqui ao Plenário.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O Sr. Otair Becker (ARENA — Santa Catarina) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Se o Governo dispensar de imposto os gêneros de primeira necessidade, haverá aí competição natural; o próprio rurícola vem para a cidade vender o seu produto, o próprio agricultor vai vender o seu produto, porque o que o impede de vender é o fato de ele não ter um cartão de comerciante; ele é agricultor. Mas na hora em que ele for dispensado dos impostos dos produtos e gêneros de primeira necessidade, ele mesmo poderá negociar sua produção em qualquer parte. É a única maneira viável de dar oportunidade a produtor e a consumidor neste País. O comerciante, os altos comerciantes que se conluíram, não têm mais o problema da concorrência em termos de preço. Há concorrência em termos de juros, em termos de prazo, em termos de prestação, ou mais ou menos; em termos de preço, não.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Eu me inscrevo, para um aparte!

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Não posso, infelizmente, concordar com a tese que V. Ex^a defendeu há pouco, de o Governo abolir, eliminar a tributação sobre os cereais. Sou da Oposição, mas não posso concordar; não posso concordar, também, com V. Ex^a, de que o produtor tem condições de proceder à comercialização. Não é possível ao produtor em Goiás, de arroz ou de milho, vir para o Centro do País, para vender; não é possível. É preciso ter o instrumento da comercialização. Para o produtor hortigranjeiro, para este eu concordaria, mas quanto aos outros não posso concordar com a tese de V. Ex^a. Defendo a criação de uma empresa de economia mista. O Senador José Sarney discorda e diz que *não podemos perder a liberdade econômica*. Eu pergunto: não é o Banco do Brasil a maior ditadura financeira, hoje, neste País?

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Não!

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — É. Hoje tudo depende do Banco do Brasil. Quem controla o setor financeiro no Brasil?

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — É o Banco Central.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Mas quem tem o dinheiro é o Banco do Brasil.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — É o Banco Central...

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Mas, para entregar o dinheiro e dar o financiamento, é o Banco do Brasil. É só verificar os balanços do Banco do Brasil.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — V. Ex^a prega a extinção dessa ditadura? Imagine se o Governo resolvesse atender às ponderações de V. Ex^a e suprimisse o Banco do Brasil, de hoje para amanhã!...

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Quem está condenando é o Senador José Sarney; dentro da sua tese o Governo deveria fortalecer os bancos particulares. Entretanto, o Governo esvaziou os bancos particulares, fortalecendo os bancos oficiais. Digo mais, nobre Senador Agenor Maria, esse processo de estatização, no mundo, é irreversível. Nos últimos onze anos batemos o recorde em estatização no Brasil. A cada semana o Governo vem tomando medidas no campo da estatização. Geralmente têm tido o nosso apoio, da Oposição e meu apoio pessoal. Agora mesmo vai-se estabelecer uma batalha no Senado em que a maioria, senão a totalidade do MDB, apoiará uma medida do Governo Federal para dar proteção às empresas de transporte, no setor de transporte unificado, e em que, provavelmente, a maioria da ARENA ficará contra o Governo! Esta, a nossa posição. É por este motivo que defendemos como urgente a criação de uma empresa de comercialização. Ela irá dar uma dinâmica maior à iniciativa particular em outras atividades.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, Sr. Senador. Mas, o meu problema sobre a questão de gêneros de primeira necessidade, é que já se pensa em dar remédio às pessoas de baixa renda; e, também, alimentos. Então, não vamos dar nada a quem trabalha, pois quem trabalha não precisa de esmolas, mas de leis que possam, amparando o seu suor, defender o seu trabalho! O dar avilta, desfigura, desclassifica, desmoraliza o homem. Defendo o interesse de quem trabalha, dizendo ao Governo, que pode dar o remédio e que pensa em dar até alimentos: não dá nada disso.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Dispense os impostos dos artigos de primeiríssima necessidade, que a

Nação passará a comer mais barato e a comer mais; e o produtor vai passar a ter mais ânimo e mais estímulo para produzir e trabalhar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, V. Ex^a me chama a atenção para o tempo. Perguntaria se posso conceder o último aparte...

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — O penúltimo.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — O nobre orador poderá acolher o aparte. Porém, devo lembrar que V. Ex^a já ultrapassou de 25 minutos o seu tempo e temos, ainda, mais dois oradores inscritos.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Ouço, então, o aparte do nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Senador Agenor Maria, V. Ex^a está assistindo ao comportamento da ARENA inteiramente simpático ao seu discurso.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Algumas infiltrações perturbadoras e subversivas, digamos assim, têm partido da Bancada do MDB, que se esforça por dar ao seu pronunciamento as características de um discurso de oposição, quando V. Ex^a, e com pleno êxito, vem-se esforçando, vem procurando expulsar os mouros da Península Ibérica da sua oratória, para manter a imparcialidade e a insuspeição do seu pronunciamento. O Sr. Senador Evelásio Vieira, na boa companhia do Sr. Senador Roberto Saturnino, convocam o Governo federal para organizar mecanismo, visando, pelo menos, atenuar, diminuir os mecanismos de intermediação, porque está na tese de V. Ex^a, é que vem estabelecendo um descompasso violento entre o preço auferido pelo produtor e aquele auferido pelo consumidor, em benefício, injusto, do intermediário. Esta é a tese de V. Ex^a e o Sr. Senador Roberto Saturnino, naquele realejo do MDB, no sentido de demonstrar que o Governo vem atendendo justamente às sugestões da Oposição, para defender os interesses populares, chegou ao ponto de oferecer essa colaboração. Mas a S. Ex^{as} devo dizer, e com fatos concretos, que o Governo tem tomado providências para que o produtor tenha acesso direto às fontes de comercialização. O próprio Senador Evelásio Vieira citou a COBEC, e eu devo citar aqui a COBAL. O produtor pode entregar diretamente à COBAL. Quero citar o grande mecanismo que o Governo federal está estimulando, subvencionando em todos os Estados brasileiros, notadamente em regiões metropolitanizadas ou em vias de metropolização: a CEASA. Isso é o quê? Isso não é sugestão do MDB; já está em vigor. Esta mistificação tem que ser combatida; e a esse respeito já nos alertou o Senhor Presidente da República. A respeito de impostos, se V. Ex^a fizer uma pesquisa com honestidade — e é com honestidade que V. Ex^a está procedendo a redução e a isenção de impostos têm sido uma constante, mormente no que diz respeito aos gêneros de primeira necessidade. Há vários convênios. A cada reunião que há de Secretário da Fazenda com o Sr. Ministro da Fazenda, dela decorrem convênios, ora isentando, ora reduzindo substancialmente a carga tributária. Portanto, o Governo não está indiferente a esse problema. Pelo contrário — repito — o Governo vem criando, progressivamente, mecanismos nesse desafiante campo da economia popular. O resto é querer que o Brasil, um País de dimensões continentais com esses desníveis regionais, resolva os seus problemas assim, rapidamente, como se tivéssemos aqui um orçamento em dólares e não em cruzeiros.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Senador Eurico Rezende, sexta-feira, está fazendo uma semana, exibi, desta tribuna, as pautas de feijão gordo do Estado de Pernambuco, e tive a oportunidade de conversar com o Senador Paulo Guerra a respeito do assunto. A pauta do feijão gordo em Pernambuco, em setembro, era de 100 cruzeiros, e o comerciante pagava àquele

Estado 12 cruzeiros por saca de feijão. Em outubro, o Governador subiu a pauta de 100 para 200, e esse imposto saiu de 12 para 24 cruzeiros. O Governador do Rio Grande do Norte aumentou a pauta para 270 cruzeiros, e o que aconteceu? De setembro para outubro, o imposto mais do que duplicou, através da pauta.

Não culpo, aqui, os Governadores de terem procedido assim, porque, na realidade, os Governadores precisam de dinheiro para pagar o funcionalismo, e têm de buscar dinheiro de qualquer maneira, através do tributo.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — V. Ex^a vai-se cobrir desde já.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Os Estados empobreceram de uma tal maneira que pressionam, através do fisco, e estrangulam a economia popular, aumentando os impostos em 100%.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Só para terminar o meu raciocínio.

Nunca aconteceu de o imposto aumentar tanto neste País, pelo menos na minha região. Uma pauta que era 100 e vai para 200, automaticamente duplicou o imposto. O imposto, hoje, é cobrado **ad valorem**. Então, não é preciso aumentar o imposto. A proporção que sobe a pauta, automaticamente está subindo o imposto. Mas nunca o Governo subir os impostos, porque não precisa.

O meu apelo de sexta-feira da semana passada foi justamente neste sentido. Um caminhão de feijão paga, hoje, oito mil e trinta e cinco cruzeiros de tributo, de imposto! O imposto pago, hoje, por um caminhão de feijão é muito mais dinheiro do que o custo do feijão em 1967. Um caminhão de feijão em 1967 não valia oito mil e trinta e cinco cruzeiros, e hoje é o que se paga de imposto!

Esse imposto é extorsivo, esse imposto está elevando os preços dos produtos de primeiríssima necessidade. Não tem sentido pagar pelo feijão o mesmo imposto que se paga pela cachaça ou por qualquer outro manufaturado. Não se deveria pagar imposto nenhum pelo feijão!

Pagar-se imposto pela farinha? Não só se paga esse imposto, como ele é duplicado de 100% de um mês para o outro.

É com o maior prazer que ouço o aparte do nobre Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco) — Senador Agenor Maria, o meu aparte não é somente para felicitar V. Ex^a, mas, também, o seu Partido. V. Ex^a comunicou que, por várias vezes, tem conseguido modificar as diretrizes do Governo. Fique certo V. Ex^a de, que nenhum homem da ARENA conseguiu esta vitória, este objetivo. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo êxito do MDB, que parece já se encontrar no Governo. (Risos.)

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, nobre Senador Paulo Guerra.

É com muito prazer que ouço o aparte do nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Nobre Senador Agenor Maria, o discurso de V. Ex^a suscita, realmente, o maior interesse desta Casa, e os apartes chovem de um lado e de outro, por vezes preocupando os participantes, nesta memorável tarde. O nobre Senador José Sarney, por exemplo, preocupou-nos muito; chegamos a pensar que, talvez, a ARENA, o Partido do Governo, estivesse advogando aquela tese que esteve muito em moda no fim do século passado e no princípio deste, segundo a qual a liberdade econômica de uma meia-dúzia de privilegiados valia mais do que a liberdade econômica, o trabalho de milhões de produtores, de cujo esforço saem os frutos reais do desenvolvimento econômico de

uma nação. Mas, felizmente, acudiu, a tempo, o Líder do Governo, Senador Eurico Rezende, com a sua palavra abalizada, que nos tranquilizou, ao anunciar que, realmente, existe uma intenção do Governo de, por exemplo, dar uma dimensão maior à COBEC. A COBEC realmente existe, temos sido um dos primeiros a elogiar o seu trabalho, os frutos que vem produzindo. Todavia, a COBEC é um organismo, por enquanto de dimensões reduzidas, e voltado, exclusivamente, para o lado da exportação. O que o Senador Evelásio Vieira tem pedido, com o meu apoio, é que aumentem a dimensão da COBEC, que ela coopere, também, no mercado interno, em benefício do produtor e do consumidor nacionais. Quanto à COBAL, parece igualmente que existe, embora não se tenha conhecimento de nada de concreto que ela efetue, que realize no País, mas pelo menos no papel ela existe e, quem sabe, um dia, possa exercer papel de maior eficiência. E a CEASA, na realidade, constitui um passo em direção ao atendimento dos interesses reais do consumidor e do produtor, mas a CEASA não dispensa, da mesma forma, nenhuma intermediação na medida em que é preciso que o produto transite das zonas de produção às grandes Capitais, que são os grandes centros consumidores. De qualquer forma, a revelação do aparte do Senador Eurico Rezende nos tranquiliza, pelo menos sabemos que o Governo tem a intenção declarada, o Governo declara muitas intenções. Está aí o II Plano Nacional de Desenvolvimento a dizer-nos que, realmente, muitas coisas serão feitas no correr do próximo período governamental, ao fim do qual vamos verificar, na realidade, qual a percentagem dessas declarações que se pode considerar realizada, cumprida, e de que lado está a tal mistificação, hoje tão dita, propalada, nos discursos oficiais e, até mesmo, infelizmente, nesta Casa.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Sr. Presidente, permito-me perguntar a V. Ex^a, que também é do Nordeste como eu, se ainda poderia permitir apartes.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Nobre Senador Agenor Maria, pediria a V. Ex^a que me desse condições de fazer uma pequena retificação ao aparte do ilustre Senador Roberto Saturnino.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Darei o aparte brevemente a V. Ex^a

Desejo, antes, lembrar ao Senador Roberto Saturnino que a concessão dos incentivos fiscais por parte do Governo federal não chegou ao agricultor da minha região, porque nenhum deles está preparado para recebê-los. Vi, porém, muita gente, que não tem nenhuma vocação agrícola, que não tem nenhum sentimento pela agricultura, que nunca se interessou pela agricultura, que tem horror à agricultura, dedicando-se à agricultura, que tem horror à agricultura, dedicando-se à agricultura, para receber os incentivos fiscais. Considero isso um crime, porque é um artificialismo levar-se para o campo um homem sem nenhuma afinidade com os problemas rurais, que nunca praticou agricultura em sua vida, que não tem nenhuma sensibilidade ruralista, mas vai para lá, recebendo de mão beijada, as terras e ficando com os incentivos, que tinha obrigação de pagar ao Governo, e fazer com esse dinheiro, que é nosso, uma aventura, em detrimento do agricultor nacional.

Posso afirmar a V. Ex^as que esses incentivos não chegaram, na realidade, ao agricultor da minha região, e poucos são os agricultores, no Brasil, agricultores natos, agricultores que nasceram e se criaram no meio agrícola. Conheço gente com 50 anos que nunca se dedicou à agricultura e, hoje, estão na área para gozar dos benefícios dos incentivos fiscais. Condono esses incentivos dados às pessoas que nunca foram agricultores, porque se desfigura, na realidade, o princípio básico da agricultura nacional.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — É com o maior prazer que dou o aparte ao Senador Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — Rio de Janeiro) — Nobre Senador Agenor Maria, estou acompanhando, com a maior atenção, o brilhante discurso de V. Ex^a, discurso bem feito, bem articulado, embora de improviso, um dos melhores discursos que tenho ouvido no Parlamento,...

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Muito obrigado.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — Rio de Janeiro) — ... porque um discurso prático, objetivo, de interesse do povo. Por este motivo, estranho quando o nobre Senador Helvídio Nunes pretende, com ironia, responder a V. Ex^a, que traz uma argumentação sólida, dizendo que V. Ex^a não fora eleito para carregar farinha, castanha, feijão para a tribuna desta Casa. V. Ex^a não está brincando; está falando sobre assunto muito sério, porque afeta essas distorções, esse exagero que se observa no preço das mercadorias, constituindo verdadeira subversão. No Estado de V. Ex^a, a farinha custa dois cruzeiros; aqui, doze cruzeiros! Não entendo. Será que estamos em países diferentes, separados por oceanos, ou estamos numa mesma Pátria? Onde está essa Federação? Mas não é com ironia que se responde a um discurso desta natureza; mas é com medidas práticas. Felizmente, os Senadores da ARENA e do MDB estão acordes com V. Ex^a: todos querem a solução. Somente aqueles que querem brincar não desejam solução. A Maioria, é lógico, quer encontrar uma solução. Estou de acordo com a empresa preconizada, aqui, pelo nobre Senador de Santa Catarina, para fazer esse controle, ou através do Banco do Brasil, ou de medidas elaboradas nesses órgãos de controle de preço, que não estão aparecendo, porque os preços estão subindo. De qualquer maneira, é preciso uma medida. Recentemente, com recente majoração do combustível, todo o mundo aumentou os preços das mercadorias, mas não na mesma proporção, e nem podia, porque, se o combustível aumentar em 25%, o produto não pode ser aumentado nesse índice, pois naquele produto não se refletem os 25% de aumento. É uma porção muito menor. Entretanto, aumentaram em 25,30,40%. Para os intermediários e os grupos econômicos é uma beleza o aumento do combustível, porque vão aumentar logo os seus produtos. Muitas vezes, um produto que não está em condições de aumento, porque não custou aquele preço, está remarcado. Por isto, nobre Senador, com a empresa, com o Banco do Brasil ou com o intermediário bem controlado, é preciso uma medida. Desde que haja uma taxação de lucro, o intermediário ficará detido na sua ânsia, na sua ambição incontida. O Estado precisa intervir, para tutelar. Não queremos saber porque mecanismos. O que queremos é uma providência. O que não é possível, com esses rótulos que andam por aí, muitas vezes com letras estrangeiras, conforme V. Ex^a citou, aumentar os preços das utilidades, sacrificando, cada vez mais, o nosso povo. Não queremos importar este sistema de exploração do nosso povo, o que queremos são medidas práticas, conforme V. Ex^a solicita da tribuna, com o apoio não só de representantes do MDB, como da ARENA. Felicito V. Ex^a e, mais do que a V. Ex^a, o Senado, pois, embora numa tarde de fim de semana, o nobre colega está proporcionando a todos nós uma grande sessão.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Senador Benjamim Farah, agradeço as palavras elogiosas ao meu pronunciamento, mas posso afirmar que São Tomás de Aquino já dizia — e está escrito — que a humildade é uma das maiores virtudes da inteligência humana. Meus pronunciamentos têm que ser feitos com humildade, porque represento, na realidade, um povo humilde e sofrido, mas não um povo covarde. É um povo que quer e aspira, trabalhando, poder viver às suas custas. E acredito que os homens responsáveis deste País acordarão para esta realidade. Posso afirmar

a V. Ex^a, Senador, que os caminhos que busco são caminhos do diálogo. Aceito qualquer controvérsia ao meu pronunciamento, porque, aceitando-a com humildade, tenho a impressão de que alcançarei os meus objetivos, objetivos que só poderão ser alcançados, sem sangue, através do diálogo patriótico, humilde, valoroso e honesto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Vou terminar, Sr. Presidente...

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Senador Agenor Maria...

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Não acredito na solução por meio do sangue, mas acredito na solução por meio do diálogo. A verdade, Sr. Senador Benjamim Farah, de qualquer maneira que se a diga, ela cairá de pé: a mentira, não. Precisa ser colorida. A mentira pode-se enfeitar, doirar, mas a verdade é esta que está aqui. Tenho a impressão de que o Governo será sensível a esta verdade, pois já foi sensível a outras verdades que, aqui, eu trouxe.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu me permito perguntar se poderia conceder um último aparte ao representante do Maranhão, o nobre Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Pois não, V. Ex^a tem autorização para conceder o aparte, mesmo porque sinto que o nobre Senador José Sarney precisa se defender.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Muito obrigado Senador Agenor Maria, V. Ex^a sabe do apreço e do agrado que tenho por V. Ex^a, e, de resto, a Casa é testemunha da atenção com que todos estamos ouvindo V. Ex^a, eu particularmente. Eu não estaria no dever de dar mais este aparte a V. Ex^a, se não tivesse partido do Senador Roberto Saturnino a deformação do aparte que dei a V. Ex^a, atribuindo-me a idéia de querer restaurar uma teoria ultrapassada, de um liberalismo econômico sem medidas com o requinte de explicar que esta teoria era a apologia do privilégio de um grupo em detrimento dos interesses da maioria. Partindo do nobre Senador Roberto Saturnino, por quem tenho grande admiração — S. Ex^a sabe disto — seria extrema injustiça para com este seu humilde colega tamanha heresia. Também as idéias que S. Ex^a nos atribuiu, idéias do princípio do século, devo dizer que não seriam do princípio do século. O *laissez-faire*, *laissez-passer*, no caso *laissez-passer* porque falávamos da comercialização é idéia mais antiga e não do princípio do século. O *laissez-passer* data de fins do século XVIII e proporcionou grandes discussões no século XIX. No princípio deste século, sim, surgiram as idéias intervencionistas, como fato concreto, corrigindo o liberalismo econômico. Com estas estamos todos de acordo, porque o capitalismo não teria sobrevivido ao desafio do comunismo internacional se não tivesse tido a capacidade de adaptar as idéias liberais...

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Muito bem! Estou de pleno acordo com V. Ex^a.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) —... à defesa da população, intervindo na órbita econômica para restaurar o equilíbrio social. Sabe muito bem disso o Senador Roberto Saturnino, e acho que está correto. Uma coisa é intervir, outra é monopolizar. Intervir, sim. O Estado deve intervir sempre que for necessária a sua presença como instrumento para regular a ordem econômico-social. Isto o Estado está fazendo. O que significa a COBAL senão órgão regulador de estoques? O que significam a CIBRAZEM, COBEC senão essa tentativa do Estado de fazer isto? É muito diferente se quisermos estatizar a comercialização como se falou aqui, de maneira genérica. E devo dizer que nem nos países socialistas isto foi possível.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Ninguém falou em monopólio, nobre Senador.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Em grande parte dos países socialistas da Europa, até mesmo na Alemanha Oriental, para citar o último exemplo, em mais de 60% da sua economia, a comercialização é feita ainda pelo setor privado. E no momento em que digo que não se pode pregar liberdade política sem liberdade econômica é porque esta faz parte indissolúvel do direito individual. No dia em que matarmos a liberdade econômica, estaremos matando a liberdade política. É uma contradição, e penso que toda a vez que se falar em melhores procedimentos políticos, temos que preservar a liberdade econômica — isto é, não a liberdade econômica no sentido amplo do liberalismo econômico do século XVIII ou do Século XIX, mas o que estamos defendendo é a empresa privada com amplo sentido social, que não é mais uma empresa familiar, mas com alto sentido social, como é a empresa moderna, dinâmica, e que cumpre uma grande função dentro da sociedade. Onde existe a estatização da produção, não existe a liberdade do homem. Aí, não existem vários Partidos, aí existe Partido único; aí, existe o esmagamento do homem em favor da máquina da produção. Aí, não fermentam as idéias; aí, não existe o debate. Aí, só existe o silêncio profundo. E agora, tivemos numa única frase — o simbolismo de todos eles, quando Solzhenitsyn, ao sair da "Cortina de Ferro", falou na solidão dos pássaros presos nos corredores do Arquipélago Gulag.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves. Fazendo soar a campainha.) — Faço um apelo ao orador para que conclua seu discurso.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — Rio Grande do Norte) — Vou concluir, agradecendo a deferência da Mesa, a generosidade dos meus pares e lembrando que um sábio chinês, que levou toda a vida estudando, dizia: "nunca se deve dar peixe a quem tem fome e, sim, ensinar o homem a pescar".

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AGENOR MARIA EM SEU DISCURSO

Castanha

Hoje, 20 empresas compõem a indústria nordestina do caju, com capacidade para beneficiar anualmente 90 mil toneladas de castanha.

A exploração de grandes plantios por grandes empresas é a tendência que deve perdurar, embora acentue a marginalização do pequeno produtor, como assinalam os economistas Raimundo Nonato Cavalcante, do Banco do Nordeste, e o engenheiro agrônomo Alfredo Lopes Neto, da Superintendência do Desenvolvimento do Ceará. Apesar da vantagem da ocupação rápida de grandes áreas ociosas, a integração dos grandes projetos de plantio em unidades industriais acabará sujeitando o pequeno produtor aos preços impostos pelos grandes grupos.

Na amêndoa do caju se concentra seu valor nutritivo.

O cajueiro surgiu no Brasil de modo espontâneo, segundo a opinião unânime dos historiadores. Plantios em escala reduzida foram feitos para demarcar propriedades, alimentar o gado e sombrear outras culturas, como o café e a pimenta-do-reino. O historiador paraibano Josemar Paiva lembra que os índios já conheciam todas as vantagens do cajueiro, usando, para sua alimentação, castanhas verdes ou maduras, bem como farinha de amêndoa para misturar com mandioca. O suco de caju servia para fabricar sucos e até cerveja.

Feia e disforme, a castanha é o verdadeiro fruto do cajueiro. Ela é composta por um corpo inteiro, maciço e oleaginoso — a amêndoa — e a casca que lhe cobre, de onde se extrai o LCC, depois que a castanha é assada. A amêndoa é um produto rico em valor nutritivo, tanto assim que em cada 100 gramas existem 555 calorias, 15,2 gramas de proteínas, 37 de gordura e 42 gramas de carboidratos.

A massa suculenta que recobre a castanha é um pseudofruto, mas o verdadeiro caju para o povo, e serve para o preparo de sucos,

vinhos e licores. Essa massa contém, de acordo com o Instituto de Nutrição de Pernambuco, 86% de água, 0,7% de proteínas e 10,5% de glicídios. O farelo da amêndoa possui 16,5% de óleo, 31,5% de proteínas e 45% de hidrocarbonato.

Plantio. O plantio de cajueiro prepondera nos Estados do Nordeste, em particular no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em escala industrial, a produção tem-se expandido, nos últimos anos, no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, e diminuindo em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, devido à especulação imobiliária, ao latifúndio da Cana-de-açúcar e à plantação de coqueiros no litotal.

Enquanto a amêndoa do caju tem largo aproveitamento nos mercados interno e externo, o mesmo não acontece quanto ao pseudofruto, ou pedúnculo, pois, da atual produção brasileira, apenas 5% são utilizados no fabrico de sucos e doces. O resto apodrece 49 horas depois da colheita. Uma opção, apresentada pelos técnicos, é de transformar milhares de toneladas de pedúnculos em ração animal, como farinha, para alimentar o rebanho bovino durante as longas estiagens nordestinas. Outras tentativas, de colocar o caju **in natura** no mercado nacional, vêm sendo feitas com êxito por algumas indústrias, como a Caju Industrial — Cisa, de Fortaleza, que aprimorou um processo de conservar os pedúnculos.

Quando ao LCC, cuja produção no País cresceu de 500%, de 1962 a 1971, seu consumo interno está limitado porque as patentes industriais para seu emprego na indústria química pertencem aos Estados Unidos, Japão, Índia e Reino Unido. Mas há possibilidade de sua utilização na indústria de tintas, mediante associação de indústrias nacionais e estrangeiras. Entre suas qualidades, o LCC destaca-se por ser uma das fontes naturais de fenol. De janeiro até maio de 1974, as exportações de LCC efetuadas por produtores do Ceará renderam 627 mil dólares.

O cajueiro ainda oferece outros produtos e subprodutos, além da amêndoa, do LCC e dos sucos e doces obtidos do pedúnculo. Os principais são: óleo de amêndoa, aplicado na culinária e na medicina; torta, resíduo da extração do óleo de amêndoa, com cerca de 35% de proteínas; madeira, usada na fabricação de pequenas embarcações; resina, obtida de incisões no tronco de cajueiros adultos; casca da árvore, com cerca de 3 a 5% de tanino, podendo ser empregada para curtir couros e no tratamento do diabetes; folhas e raízes, para infusões medicinais.

Atualmente, a demanda mundial se localiza nos Estados Unidos (53%), União Soviética (25%) e Canadá (3%). As exportações brasileiras se dirigem predominantemente para os Estados Unidos (83%) e Argentina (9%). Mas a diversificação dos mercados externos é apontada pelos técnicos como um caminho a ser seguido pelo Brasil, como fez a Índia, sobretudo, em relação aos países da Europa Ocidental. Na França, Bélgica, Suécia e Itália o consumo médio **per capita** anual é de 22 gramas, contra 200 gramas nos Estados Unidos.

A melhoria dos padrões de qualidade da amêndoa brasileira poderá ajudar sua maior penetração nos mercados externos. A Índia deu o exemplo, desenvolvendo técnicas de reprodução assexuada para obter uma produção mais padronizada. No Brasil, iniciativa nesse sentido foi adotada com a criação da Estação Experimental de Pacajus, no Ceará, que vem realizando ensaios para uniformizar geneticamente a amêndoa. Os empresários também perseguem o mesmo objetivo, tendo fundado o Centro de Pesquisas da Agro-Indústria do Caju, mantido com uma parte da receita das exportações.

Os dois frutos do cajueiro

Um é a castanha, o fruto propriamente dito. O outro é ao caju, o pedúnculo, um pseudofruto. Segundo os cearenses, o caju é o acúmulo de material nutritivo que a castanha não conseguiu absorver totalmente.

Em forma de rim a castanha é o principal produto do caju. Com 75 a 80% de casca e 20 a 25% de amêndoa, esta, normalmente, é beneficiada em escala industrial no Brasil.

Produto de exportação, em larga escala, a amêndoa é fonte importante de matérias graxas e fornece ao organismo humano 5.600 calorias por quilo — mais do que fornece igual quantidade de açúcar. Contém ainda mais proteínas que o peso equivalente de carne bovina.

A indústria da castanha considera, ainda, a amêndoa como produto principal, face ao preço que encontra no mercado internacional: mais de cem cruzeiros o quilo. No entanto, a casca da castanha vem sendo explorada industrialmente, fornecendo um bálsamo que é obtido com a prensagem da amêndoa.

Uma tonelada de castanhas é capaz de fornecer cerca de 40 quilos de amêndoas inteiras, 12 quilos de amêndoas partidas (usadas em confeito de doces e sorvetes) 24 quilos de óleo, 10 quilos de tegumento ou pelo e 110 quilos de casca.

O óleo da casca, conhecido como "líquido de castanha de caju" (LCC) ou, impropriamente, como "óleo de caju" é um bálsamo de aspecto viscoso, mistura de compostos fenólicos cáusticos que vêm sendo comercializados em estado bruto ou refinado.

Refinado, o seu preço no mercado atinge a mais de US\$ 100/t. Este bálsamo foi largamente empregado, durante a Segunda Guerra, pelos Estados Unidos da América como material estratégico em suas atividades bélicas. Atualmente apresenta aplicações industriais bastante variadas: produção de resinas fenólicas para isolantes de fios elétricos, vernizes isolantes para bobinas e motores, lonas de freio, pás de moldagem, revestimentos de assoalhos, colas e madeiras aglomerados, reforços e revestimentos de papéis, plastificantes, estabilizantes para pigmentos para suspensão, impermeabilizantes, tintas, lacas, vernizes e esmaltes, emulsionantes e dispersantes, anticorrosivos para proteção de metais, agentes tenso-ativos aniônicos e não iônicos, preservantes para madeiras, lonas, redes de pesca, inseticidas e fungicidas.

É utilizado em substituição ao fenol e a seus derivados, especialmente o resorcinol. As resinas fenol-formol, contendo cardanol em substituição à parte do fenol, são muito menos quebradiças, mais maleáveis e solúveis em solventes aromáticos e alifáticos.

Por outro lado o resíduo obtido com a industrialização do bálsamo se constitui de uma torta — 69% do total da casca processada — em geral aproveitada como combustível dado o seu elevado índice calorífico.

Do caju nada se perde.

Um pé de caju começa a produzir, em média aos três, quatro anos de idade, após florir, com as primeiras chuvas. Primeiro dá o **maturi** (castanha verde, grande e mole, antes do desenvolvimento do pedúnculo) para o excelente acepipe (guisado). Quando atinge aos dez, alcança a sua produtividade máxima, podendo fornecer até mais de 4.000 frutos. Mas em geral um pé dá, em média, 1.500 frutos e um peso de 60 a 80 quilos de castanhas. Ultrapassando a casa dos dez anos sua produção começa a decair e, em torno dos 50, já começa a se tornar improdutivo.

Desde as flores, os frutos verdes ou maduros, até às raízes, nada se perde.

A flor produz um néctar. A folha, principalmente as de variedades rústicas, substitui a lixa para madeira e além disso contém vitamina C, sendo muito usada em infusão na medicina caseira. A casca da árvore que contém de 3 a 5% de tanino é conhecida como anti-diabética e é usada contra a inchação das pernas e para curtir couro. Adstringente, estimulante e tônica, após cozimento, é empregada nas inflamações de garganta sob a forma de gargarejos. Sua resina é depurativa e expectorante.

A madeira é empregada em trabalhos de arte de entalhe e em construções. Produz excelente carvão e suas cinzas, ricas em potassa, são, popularmente, usadas como pasta-dental e no preparo do sabão.

A resina constituída por um gomato de cálcio e de potássio é análoga à goma-arábica, servindo para a encadernação, colagem de selos, fabricação de vernizes, preventivo contra o ataque de traça e também no tratamento das aftas. Substitui também o ictiocola do peixe Saliantik do Mar Negro, empregado para classificar vinho.

O pedúnculo do caju tem 24 subprodutos.

Produtos derivados do caju

Castanha
Casca
Líquido da castanha do caju
Bálsamo residual
Lubrificantes
Inseticidas
Plásticos
Resinas
Vernizes
Tintas
Do bálsamo residual vulcanizado, pastas, borracha, impermeabilizantes
Taninos
Colas
Fenólicas
Fertilizantes
Resíduos prensados e utilizados com combustível nas fábricas
Amêndoa sem película — Farinha refinada
Farinha grosseira
Manteiga vegetal
Do sumo integral: néctar, vinho, licor, aguardente, cajuína, etc.
Polpa: doces, massas, compota, ameixa, cristalizada
Resíduos — Complemento para rações animais.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — V. Ex^a terá a palavra como Líder porque, como explicação pessoal, diz o Regimento, quando o nome da pessoa é envolvido num fato. A simples citação do nome do Senador não dá lugar a pronunciamento, mas como V. Ex^a deseja falar e como é Líder do Partido, creio que V. Ex^a, como Líder, atenderá a essa finalidade.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — Rio de Janeiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Agradeço a V. Ex^a Sr. Presidente. É uma explicação muito breve, mas achamos que devemos dá-la para esclarecer bem as posições e opiniões que demos nós, do MDB, em contraposição a algumas opiniões externadas pelos Senadores da ARENA.

Vi no aparte do nobre Senador José Sarney — por quem também já dei inúmeras demonstrações do maior apreço — achei no primeiro aparte e tornei a ver no segundo uma intenção de S. Ex^a de identificar as nossas posições com a defesa de posições totalitárias.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Absolutamente! V. Ex^a não pode fazer esta injustiça.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — Rio de Janeiro) — V. Ex^a fez referências explícitas aos regimes totalitários onde existe o monopólio estatal da produção e da comercialização. Nenhum de nós, nem eu nem o Senador Evelásio Vieira fizemos essa colocação.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — Rio de Janeiro) — Há referência de V. Ex^a à realização desta ligação e vi uma intenção, que é preciso ficar bem claro, não existe de nossa parte.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — V. Ex^a me permite?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — Rio de Janeiro) — Pois não.

O Sr. José Sarney (ARENA — Maranhão) — Sabe V. Ex^a que eu jamais poderia fazer qualquer ligação entre V. Ex^a e qualquer regime totalitário. Agora eu, pessoalmente, sou obrigado a justificar